

PARA ALÉM DAS PÁGINAS POLICIAIS: DISPUTAS DISCURSIVAS ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

BEYOND THE POLICE PAGES: DISCURSIVE DISPUTES ABOUT VIOLENCE AGAINST WOMEN

Camila Welikson¹

Resumo

Este trabalho analisa a forma como notícias relacionadas à violência contra as mulheres foram apresentadas no final dos anos setenta e início dos anos oitenta, quando o tema ganhou relevância como pauta do movimento feminista da segunda onda. Nosso objetivo foi mostrar como as ativistas influenciaram o discurso midiático e mudaram a produção noticiosa. A partir da análise de matérias publicadas no *Jornal do Brasil* sobre os assassinatos de três mulheres - Ângela Diniz, Cláudia Lessim Rodrigues e Christel Arvid Johnson – propomos uma reflexão sobre a relação entre feministas e jornalistas. A pesquisa mostra que as ações de militantes produziram um impacto na forma de tratar acontecimentos sobre a morte de mulheres por seus companheiros e as notícias deixaram de aparecer somente nas páginas policiais, o que era comum até então. Utilizamos na pesquisa os estudos de Foucault sobre poder e o conceito de valores-notícia das teorias de jornalismo. Também utilizamos a definição de meio disruptivo para acesso ao campo jornalístico como forma estratégica das ativistas para ganhar atenção da mídia. Além disso, realizamos entrevistas com líderes do movimento feminista do período para compreender, a partir de suas memórias, como se deu sua relação com a imprensa.

Palavras-chave: violência contra mulheres; movimento feminista; imprensa.

Abstract

This paper analyzes how news related to violence against women was presented in the late seventies and early eighties, when the theme gained relevance as an agenda of the feminist movement of the second wave. The main goal of this paper was to show how activists have influenced media discourse and changed news production. From the analysis of articles published in *Jornal do Brasil* about the murders of three women - Ângela Diniz, Cláudia Lessim Rodrigues and Christel Arvid Johnson – it was proposed a reflection on the relationship between feminists and journalists. The research shows that the actions of feminists have had an impact on the way they treat events about the death of women by their partners and the news no longer appears only on police pages,

¹ Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio. E-mail: camilawelikson@hotmail.com

PARA ALÉM DAS PÁGINAS POLICIAIS: DISPUTAS DISCURSIVAS ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

which was common until then. The work used Foucault's studies on power and the concept of news-values of journalism theories. It was also used the definition of disruptive medium for access to the journalistic field as a strategic way for activists to gain media attention. In addition, it was made interviews with leaders of the feminist movement of the period to understand, from their memories, how their relationship with the press took place.

Keywords: violence against women; feminist movement; press.

Introdução

Na véspera do Natal de 1988, um assassinato gerou comoção em todo o país. No dia 24 de dezembro daquele ano, Odete Roitman² levou três tiros no peito e, a partir daí, o que era apenas uma cena de novela se transformou em um acontecimento de relevância nacional. A expectativa em torno da identificação do assassino ou da assassina era tão grande que, apenas no Jornal do Brasil, entre dezembro de 1988 e julho de 1989, houve vinte e duas matérias com a célebre indagação “quem matou Odete Roitman?”. A pergunta apareceu em colunas de opiniões, notas sociais, reportagens e até notícias sobre assassinatos reais.

Na década que antecedeu a famosa cena de folhetim, assassinatos reais de mulheres, especialmente cometidos por seus parceiros, também ganharam espaço na mídia. No entanto, foi preciso um grande esforço das feministas para que a imprensa compreendesse que a violência contra mulheres não era notícia apenas das páginas policiais. Era um assunto que merecia um debate sério, capaz de promover políticas públicas eficazes para lidar com o problema.

Neste trabalho, voltamos nosso olhar para a forma como as notícias sobre as feministas e suas pautas foram produzidas no final dos anos setenta e no início dos anos oitenta, momento em que as mulheres se firmavam como ativistas e protagonistas de sua própria luta.

Se, por um lado, movimentos feministas conquistaram espaço na imprensa, por outro lado, nem sempre o tom foi favorável porque a produção noticiosa ocorreu a partir de um olhar machista e patriarcal. Analisamos a disputa discursiva nos jornais, em especial no que se refere

² Odete Roitman foi uma vilã da novela Vale tudo, da Rede Globo, interpretada pela atriz Beatriz Segall. A morte da personagem aconteceu a poucos dias do fim do folhetim e o mistério em torno do seu assassinato foi tão grande que havia fila de espera de anunciantes para exibição de comerciais no horário dos últimos capítulos da novela.

PARA ALÉM DAS PÁGINAS POLICIAIS: DISPUTAS DISCURSIVAS ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

ao tema da violência contra as mulheres. Para isso, selecionamos matérias sobre os assassinatos de Ângela Diniz, Cláudia Lessim Rodrigues e Christel Arvid Johnson.

As notícias selecionadas foram retiradas de um dos mais importantes periódicos do século XX, que ocupou um grande protagonismo na produção noticiosa e destacou-se como um importante formador de opinião pública, o *Jornal do Brasil*.

Para nossa análise, utilizamos as ideias de Foucault sobre poder – que o entende não como uma forma única, mas, ao contrário, deve ser pensado como relação – e trabalhamos com o conceito de valor-notícia nos estudos de jornalismo. Também realizamos entrevistas com ativistas da segunda onda feminista. Delas, buscamos respostas sobre a relação com jornalistas. Optamos por reproduzir suas falas entre aspas, mencionando seus nomes no próprio corpo do texto, sem notas de rodapé, para tornar a leitura mais fluida. As mulheres entrevistadas foram Anna Maria Rattes, Branca Moreira Alves, Comba Marques Porto, Hildete Pereira de Melo, Jacqueline Pitanguy, Leila Linhares Barsted, Leonor Nunes de Paiva e Schuma Schumaheer.

Não basta falar, é preciso que escutem

No dia 31 de dezembro de 1976, o *Jornal do Brasil* publicou em sua primeira página uma chamada para matéria sobre o assassinato de Ângela Diniz³. O texto reflete bem como a visão do mundo e os valores mais próximos das identidades sociais de jornalistas em relação às questões de gênero são pontos determinantes no processo de produção da notícia.

No título da chamada – “Ângela Diniz é assassinada na praia de Búzios” – e em mais uma linha da chamada há referência ao crime. De resto, apenas referências a aspectos negativos do passado da vítima.

Ângela Diniz, que em junho de 1973 passou das colunas sociais para o noticiário policial quando um ex-vigia de sua mansão, em Belo Horizonte, apareceu morto, com um tiro na boca, foi assassinada ontem em Búzios, Cabo Frio, pelo companheiro Raul Doca Street. Ângela e o milionário mineiro Artur Mendes Junior – Tuca – com quem tinha um romance, foram acusados do assassinato do vigia, que Artur confessou, alegando legítima defesa. Desde então, a bela mineira, que morreu aos 32 anos, nunca deixou de ser notícia: foi processada por uso de tóxicos e acusada de sequestrar os filhos do seu casamento com Milton Villas Boas (ÂNGELA..., 31/12/1976, p. 1).

³ Ângela ficou nacionalmente conhecida por estar constantemente em evidência nas colunas sociais e era considerada livre e ousada demais na década de 1970. Foi morta em uma casa em Búzios, litoral do Rio de Janeiro, pelo namorado, Raul Fernando do Amaral Street, conhecido como Doca Street, com tiros no rosto e na nuca.

PARA ALÉM DAS PÁGINAS POLICIAIS: DISPUTAS DISCURSIVAS ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

A escolha linguístico-discursiva quase justifica o assassinato. Uma mulher do “noticiário policial”, envolvida na morte de ex-vigia, amante de um homem casado, “processada por uso de tóxicos” e sequestro. Isso tudo fica ainda mais evidente em matérias posteriores que tentavam mostrar o crime como consequência das características da vítima. Ao elaborar o enunciado da forma como foi apresentado pelo jornal, o sujeito (a mulher) foi forçado a ocupar uma posição social de subordinação. Como explica Judith Butler, “de acordo com esse ponto de vista, tal discurso reinvoca e reinscreve uma relação estrutural de dominação e constitui a ocasião linguística para a reconstituição dessa dominação estrutural” (2021, p. 38).

Michel Foucault (1996) também expõe a exclusão estabelecida por discursos dominantes sobre outros discursos ao não dar espaço de fala a diferentes sujeitos. No entanto, para o pensador francês, as relações de poder só ocorrem entre sujeitos livres. Quando há um indivíduo submetido a outro a ponto de sofrer uma violência infinita e ilimitada, não há relação de poder possível. Há que existir ao menos alguma forma de liberdade. E foi a partir das brechas de liberdade encontradas pelas mulheres em uma sociedade patriarcal e repressiva que o embate pelo poder foi travado.

Ao tomarem para si, ao menos em parte, o domínio do discurso, as feministas o resignificaram e, com isso, abriram novos contextos. Foram capazes de “falar de maneiras que nunca haviam sido legitimadas e produzir, por consequência, formas novas e futuras de legitimação” (BUTLER, 2021, p. 75).

Ao fazer parte de suas tramas, as mulheres conseguiram movimentar a rede em que o poder funciona e se exerce, e foram capazes de exercê-lo para além de circular por ele e sofrer sua ação, afinal, “o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles” (FOUCAULT, 1989, p.183).

Em poucas palavras, podemos dizer que a luta por escuta na imprensa significou um enfrentamento. Ao chamar a atenção para a violência sofrida por mulheres e conseguir espaço de fala nos jornais, feministas resistiram e, mais do que isso, enfrentaram o poder patriarcal.

Nos final dos anos setenta e no início dos anos oitenta, assassinatos de mulheres, especialmente das classes média e alta da sociedade, tiveram enorme repercussão midiática. Para Hildete Pereira de Melo, “claro que os crimes apareciam nos jornais, mas nas páginas policiais, não significava que houvesse espaço de protesto do movimento feminista”. De fato, até aquele momento, as militantes não eram vistas por jornalistas como fonte de informação, portanto, a pauta da violência não se tornava notícia por sua influência, mas sim, devido aos

PARA ALÉM DAS PÁGINAS POLICIAIS: DISPUTAS DISCURSIVAS ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

valores-notícia atrelados a ela, ou seja, os critérios que influenciam a seleção e o destaque de fatos como produto noticioso.

É importante considerar que valores-notícia são dispositivos de produção de subjetividade do profissional em jornalismo, mesmo que não seja algo percebido de forma consciente. Ao contrário, são muitas vezes utilizados de forma quase automática e funcionam como um apoio no processo de decisão do que vira notícia, sem que seja necessária qualquer reflexão neste procedimento. De acordo com a teoria interacionista nos estudos sobre jornalismo, “não é possível compreender as notícias sem uma compreensão da identidade e a cultura dos profissionais do campo jornalístico” (TRAQUINA, 2005, p. 203). No entanto, é preciso ir ainda mais longe e considerar outros aspectos importantes, como os valores pessoais e sociais de quem produz a notícia.

Para Silva (2010), para além dos valores profissionais, os pessoais e sociais também são centrais no processo de transformar os acontecimentos em informação jornalística. Em sua pesquisa de campo sobre gênero nos modos de produção noticiosa, a autora percebe que:

Os gostos pessoais, visões de mundo e valores mais próximos das identidades sociais dos jornalistas eram fatores que apareciam nas disputas, argumentações, e até mesmo serviam de filtro nessas escolhas. Esses gostos, decorrentes da subjetividade dos interlocutores, eram também elementos que pesavam na seleção das pautas. E muitas vezes essas visões de mundo apareciam como parte dos valores-notícia (SILVA, 2010, p. 134).

No final dos anos setenta, portanto, notícias sobre violência contra mulheres estavam atreladas a um ponto de vista marcado pela dominação masculina e ao poder dos homens sobre as mulheres. As ações feministas permitiram que suas vozes fossem ouvidas por profissionais dos meios de comunicação. Na teoria interacionista, dentro dos estudos jornalísticos, chamamos de meio disruptivo o acesso ao campo jornalístico que se dá sempre que novos agentes sociais, sem poder econômico ou político, agem de modo a atrair o interesse midiático para suas causas.

Eles têm de “fazer notícias”, entrando em conflito, de qualquer modo, com o sistema de produção jornalística, gerando a surpresa, o choque ou uma qualquer forma latente de “agitação”. Assim, os pouco poderosos perturbam o mundo social para perturbar as formas habituais de produção de acontecimentos. Em casos extremos, reúnem-se multidões num local inapropriado para intervir no plano diário de ocorrências e acontecimentos. Essas atividades constituem, de certa forma, acontecimentos “anti-rotina”. Esta óbvia disrupção da atividade normal e sua ameaça ao mundo social estimula a cobertura dos meios de comunicação social de massa (MOLOTCH & LESTER, 1974, p. 45).

Ações disruptivas podem perder força com o tempo, uma vez que o interesse midiático diminuiu com a repetição, mas não parece ter sido o caso das ações feministas da segunda onda

PARA ALÉM DAS PÁGINAS POLICIAIS: DISPUTAS DISCURSIVAS ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

relacionadas aos casos de violência. As várias manifestações para chamar a atenção de assassinatos de mulheres surtiram efeitos significativos e transformaram – e ainda transformam – a sociedade.

Ações disruptivas e novas formas de virar manchete

No período inicial da segunda onda feminista, as militantes ainda viviam uma fase de organização. Até aquele momento, a imprensa não conseguia enxergar relevância midiática no grupo feminista que se formava. O cenário começou a mudar quando a Organização das Nações Unidas decretou, em 1975, o Ano Internacional da Mulher e instituiu, em seguida, a Década da Mulher (1976-1985). Houve, então, a consumação do movimento feminista como um movimento de massas e organizado. Branca Moreira Alves lembra como se deu a mudança. “[No começo], era uma bagunça. A gente estava fazendo um movimento histórico e não sabia. As coisas começaram a ficar mais organizadas e a gente fazia coisas que a imprensa gostava, como as nossas passeatas”.

Para muitas ativistas, o assassinato de Ângela Diniz foi um divisor de águas. Mas é preciso averiguar com bastante cuidado em que momento, e se, a imprensa efetivamente apoiou o movimento feminista. É notório o destaque dado pelos jornais ao caso de Ângela Diniz, mas um número considerável dessas notícias aparecia nas páginas policiais. Portanto, cabe questionar: tal interesse se deu pelo fato de as feministas estarem conseguindo atrair a atenção dos jornalistas para sua causa ou, na realidade, as notícias apareceram com frequência nos jornais por se tratar de um crime que envolvia duas figuras conhecidas da alta sociedade, o que significa, portanto, que os valores-notícia estavam associados ao escândalo do assassinato, não à causa das mulheres?

O tema da violência, do ponto de vista da audiência, é bastante interessante, significativo e relevante (WOLF, 2005), portanto, potencialmente noticiável. Schuma Schumacher lembra que este debate já era destaque na mídia antes do assassinato de Ângela Diniz e, na sua opinião, isso aconteceu porque o assunto interessava a todos e todas.

No ativismo da minha época, houve a criação do primeiro SOS Mulher do Brasil. De repente o feminismo traz um tema em que a sociedade sabia do que a gente estava falando. Não era visível, em briga de marido e mulher ninguém metia mesmo a colher, era uma coisa privada, mas ao trazer este tema, ele teve uma grande acolhida pela mídia. O SOS Mulher tinha matérias publicadas recorrentemente na mídia.

PARA ALÉM DAS PÁGINAS POLICIAIS: DISPUTAS DISCURSIVAS ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Se, por um lado, vemos no final dos anos setenta e início dos anos oitenta a violência contra a mulher como notícia vinculada às páginas policiais, com apelo sensacionalista, há, por outro lado, uma ação das feministas de chamar a atenção para a importância de tratar o assunto de forma diferente. “Nós, como movimento, fomos para as ruas e nessa questão da violência, a imprensa deu visibilidade. Muitas de nós foram entrevistadas sobre isso”, afirma Leila Linhares Barsted.

Ao analisar o tema da violência, percebemos o duelo travado pelas ativistas para fazer com que suas vozes fossem escutadas por jornalistas; há um esforço hercúleo para que prevalecesse, na imprensa, a ideia de que agressões contra mulheres eram mais do que um simples caso de polícia e envolviam modelos patriarcais, machistas e até misóginos enraizados em nossa sociedade e que precisavam ser debatidos.

Comba Marques lembra que a denúncia da violência doméstica ganhou visibilidade nos jornais porque, naquele momento, a imprensa atravessava, junto com toda a sociedade, um processo histórico de conscientização.

Veio uma onda de mineiras assassinadas no início dos anos oitenta e radicalizamos a nossa campanha contra o feminicídio, que naquela época não tinha esse nome. Escrevemos nos muros da cidade “quem ama não mata”, “nosso corpo nos pertence”. Já fazíamos atendimento [a mulheres que sofriam violência] e o assunto ficou em evidência. Sobre isso, sempre contamos com a imprensa. O nosso movimento que fez a denúncia e levantou essa bandeira, que era desafiadora. Em que leito a violência doméstica se reproduz? No silêncio. E nós abrimos mil bocas gritando nas ruas e nas passeatas que fazíamos.

Os movimentos feministas em todo o mundo atuavam para realmente dar visibilidade à questão da violência de gênero. Junto a isso, os vários tratados internacionais das Nações Unidas contribuíram para chamar a atenção ao tema. A Conferência da Mulher no México (1975), em Copenhague (1980) e em Nairóbi (1985) funcionaram como alicerces para o fortalecimento do debate no espaço público.

No Brasil, as ativistas levantaram indagações relacionadas à banalização histórica do problema, ignorado por parte do Estado e de grande parte da sociedade. Também atuaram fortemente para enfraquecer, no campo jurídico, a tese de “legítima defesa da honra” que funcionava como acobertamento e justificativa de diversos assassinatos de mulheres e era tradicionalmente aceita como uma expressão cultural absolutamente normal.

A atuação do movimento desde meados dos anos setenta foi capaz de acionar um alerta para a insegurança que significava ser mulher tanto em espaços privados como em espaços

PARA ALÉM DAS PÁGINAS POLICIAIS: DISPUTAS DISCURSIVAS ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

públicos⁴. Jacqueline Pitanguy lembra que as feministas brasileiras tentavam ganhar espaço e tentavam ser fortes de uma forma que já era, por si só, desafiadora:

O fato de estar existindo, de estar atuando, de estar fazendo uma série de eventos públicos nos tornava naturalmente um ator no cenário político. O tema da violência ganhou bastante repercussão e nós passamos a ser procuradas como fontes pelos jornais. Mas os jornais tinham repórteres tanto abertos para ouvir o nosso lado quanto jornalistas que já tinham a cabeça formada e independente do que a gente dissesse ou colocasse iam interpretar à luz do patriarcalismo, do racismo estrutural, enfim, já eram estereótipos que chegavam ali, então, uma coisa é espaço na imprensa, espaço eu acho que a nossa temática teve. Diria que a partir de meados da década de 70 passamos a ter espaço na imprensa, sim. Ao mesmo tempo, a qualidade dessa presença é que eu acho que não é possível ser bem definida. Depende muito de quem estava tratando do tema, fosse como uma pessoa aliada, que percebia o nosso ponto de vista, fosse como uma pessoa que iria justamente defender o outro lado.

A fala de Jacqueline converge com a tese de um jornalismo que se manifesta constituído de gênero, não apenas porque é formado por seres que possuem gênero, mas principalmente porque as convenções de gênero estão presentes em valores culturais, em visões de mundo, portanto, também na subjetividade de jornalistas. Sendo assim, refletem tanto em estruturas organizacionais e hierárquicas como também nas notícias em si e “nos modos como o jornalismo está relacionado à reprodução de saberes selecionados por serem reconhecidos como podendo ou devendo dar lugar àquilo que uma sociedade considera digno de ser conhecido” (SILVA, 2010, p.7).

A discussão sobre violência contra mulheres que ganhou corpo nos anos setenta chegou à década seguinte com mais espaço na imprensa e com expressividade no debate público. Isso “potencializou a construção de novos parâmetros de definição desse conceito, calcada nos padrões de cidadania e nos princípios de direitos humanos” (BARSTED, 2006, p. 248).

Poucos meses após o assassinato de Ângela Diniz, outro assassinato ganhou destaque nos jornais. O corpo de Cláudia Lessim Rodrigues foi jogado da Avenida Niemeyer amarrado em pedras, no dia 25 de julho de 1977. Na primeira semana após a descoberta da morte, o Jornal do Brasil publicou seis matérias sobre o caso. O mistério inicial em torno da identidade da mulher e as razões para uma violência tão grande certamente despertaram o interesse do público, o que manteve o caso nas páginas policiais, afinal, uma morte que envolve suspense, violência extrema e drama é carregada de valores-notícia interessantes à imprensa. O fato de o

⁴ Também em meados da década de 1970 o movimento negro cresceu e conseguiu dar visibilidade a outras formas de violência, como o racismo. Movimentos sociais juntos alertaram para pontos como o sexismo e a homofobia. É, de fato, importante compreender que as mulheres não fazem parte de um bloco abstrato, uniforme e homogêneo. Muito pelo contrário, elas se diferenciam e enfrentam vulnerabilidades e demandas diferentes. Não se pode pensar na violência contra a mulher sem pensar em outras questões e, mais enfaticamente, nas raciais, que atingem mulheres negras e indígenas com mais força.

PARA ALÉM DAS PÁGINAS POLICIAIS: DISPUTAS DISCURSIVAS ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

crime ter acontecido com figuras da classe média alta carioca – logo descobriram que a vítima era irmã de uma artista conhecida e o assassino, filho de um rico empresário estrangeiro – estimularam ainda mais a produção noticiosa.

As primeiras publicações relacionadas à morte de Cláudia eram, portanto, como capítulos de uma novela, cujo mistério o público aguardava para desvendar. Apenas no dia 31 de agosto, portanto mais de um mês após o assassinato, na coluna “Informe JB”, levantou-se uma questão que fazia parte das pautas feministas: a culpabilização da vítima. “Sempre que há um crime, o malfeitor acaba sendo o morto”, afirmava o texto. Lembrando casos anteriores, inclusive o de Ângela Diniz que foi acusada de ter um comportamento leviano, a coluna acusava a polícia carioca de, mais uma vez, pesquisar “muito mais os eventuais erros da vítima do que a identidade e a patologia dos assassinos” (INFORME JB, 31/08/1977, p. 6).

No mesmo dia, nas páginas policiais, numa matéria em que o delegado apontava quem eram os dois assassinos, um deles, Michel Albert Frank, ganhou espaço para questionar a integridade da vítima. Com o subtítulo “Michel acha que jovem está sendo santificada”, o texto dava voz ao autor do crime que achava estranho as investigações só se fixarem nele. Afirmava que havia “uma tentativa de denegrir minha imagem e santificar a jovem, cuja vida ainda não foi levantada pela polícia, não se sabe ainda por quê” (DELEGADO..., 31/08/1977, p. 17).

As notícias sobre assassinatos de mulheres começou a ganhar novos contornos a partir do julgamento de Doca Street, no final de 1979. O episódio serviu como rastilho para ações feministas e provocaram uma alteração na maneira como a imprensa enxergava a violência contra mulheres. Ali, novos dados e elementos sobre esse tema entravam para o “hall das informações consideradas dignas de serem conhecidas”, como lembra Hildete Pereira de Melo.

O primeiro julgamento pegou as pessoas meio desprevenidas. O caso passou batido e nós ficamos indignadas quando ele praticamente ficou absolvido e resolvemos entrar pesado para o segundo julgamento. Porque a sentença foi um escárnio, se não tivesse sido assim, talvez até teria passado. Como exageraram, aí danou-se porque aí nós nos preparamos.

A partir dali feministas começavam a ser conhecidas e reconhecidas como fonte de informação jornalística. Ativistas se tornavam uma referência de busca de informações por parte da imprensa e ficava mais fácil esclarecer diversas questões. Na visão de Jacqueline Pitanguy, “as perguntas estapafúrdias” de jornalistas e sua ignorância em relação ao feminismo diminuíram com o seu reconhecimento. A partir do final dos anos setenta, “já não é mais possível desconhecer o movimento porque ele é de fato muito visível”. Para a Pitanguy, ali era

PARA ALÉM DAS PÁGINAS POLICIAIS: DISPUTAS DISCURSIVAS ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

possível perceber nitidamente que a imprensa não seguia uma linha definida em relação às pautas feministas. “O JB abre espaço e publica um manifesto nosso com relação à condenação da Ângela Diniz e também publica um trecho do Carlos Heitor Cony, que publica um texto absolutamente patriarcal, preconceituoso”.

O texto de Carlos Heitor Cony referenciado por Pitanguy é, muito provavelmente, uma reportagem de seis páginas publicada na revista *Manchete*. Com chamada na capa (“Carlos Heitor Cony revela a história secreta do julgamento de Doca Street), o jornalista descrevia sua visão dos acontecimentos. O que certamente incomodou – e muito – as feministas que leram a reportagem foram as palavras finais do escritor:

Acusar a sentença de Cabo Frio de machista é uma idiotice tão grande como culpar a *mise-en-scène*, considerando-a própria do Terceiro Mundo” (...). Em Cabo Frio, o povo fez justiça livrando da cadeia um criminoso confesso. Prefiro esse tipo de Justiça primário, fisiológico, ao carisma intolérável da verdade absoluta que gera a Justiça elitista dos entendidos” (CONY, 03/11/1979, p. 15).

Ignorar o machismo e considerar a sentença justa indica uma visão, ela própria, machista da situação. Mas Cony escreveu também que o resultado do julgamento escancarava uma questão preocupante: “O que o Brasil pensa de Doca e Ângela não está na cabeça dos intelectuais de Ipanema, das feministas do Baixo Leblon” (CONY, 03/11/1979, p. 15). Apesar da forma pejorativa de mencionar as feministas cariocas, como mulheres de classe alta distantes da realidade do país, o jornalista levantava ali um ponto importante: um homem que havia matado friamente sua namorada com tiros à queima-roupa era visto como um bom moço que apenas cometeu um erro em um momento de desespero. Uma multidão de admiradores e admiradoras, inflamada por notícias que apresentavam Doca como vítima de uma mulher lasciva, servia para encher ainda mais as páginas dos jornais com notícias que o favoreciam. “Na porta do foro, o tumulto era grande. [Populares] gritavam ‘Doca, você é um pão. Estamos com você’” (DOCA..., 19/10/1979, p. 18).

“O que o povo pensa, pensou e pensará do caso Doca-Ângela é mais ou menos o que ficou amostrado em Cabo Frio” prenunciava Cony (CONY, 03/11/79, p. 15). Sua previsão, entretanto, não poderia estar mais errada. A imprensa começava a escutar com atenção as feministas e, por essa razão, no dia 11 de novembro de 1979, jornais, entre eles o *Jornal do Brasil*, publicaram um manifesto assinado por 461 pessoas, principalmente mulheres:

A propósito do caso Doca Street, não queremos entrar no mérito do julgamento e do veredito. Queremos falar do caso Doca como símbolo do machismo na sociedade brasileira. Por machismo, palavra já tão

PARA ALÉM DAS PÁGINAS POLICIAIS: DISPUTAS DISCURSIVAS ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

gasta, entendemos o ato generalizado de cercear a autonomia da mulher, subtraindo-lhe o direito de exercer seu poder de iniciativa e decisão na família, na sexualidade, no trabalho, em tudo o que diz respeito à sua vida. Vemos no caso Doca Street um julgamento não só de Ângela Diniz, mas de todas as mulheres que, de algum modo, fogem ao modelo de comportamento prescrito para o sexo feminino. O julgamento de Doca expressa a maneira pela qual a sociedade brasileira resolve as relações de poder entre os sexos: o sexo masculino, aqui representado pelo Sr. Raul Fernandes Street, pode impunemente punir uma mulher que não corresponde ao seu papel tradicional. Queremos deixar claro nossa revolta e indignação (MANIFESTO..., 11/11/1979, p. 24).

Na opinião de Leonor Nunes de Paiva, a partir desse momento, o movimento feminista começou a trazer a imprensa para o seu lado.

A gente achava que a imprensa gostava de público, gostava de coisas públicas, então a gente sempre ia para a rua. Mas, também, as denúncias faziam parte da nossa estratégia. Essa primeira fase do movimento foi muito de denunciar o que existia de errado. [No caso do segundo julgamento de Doca Street] fomos para a escadaria da Câmara dos Vereadores. Eu sempre achava que éramos uns gatos pingados, mas desta vez, no dia seguinte, quando saiu a notícia na primeira página do JB ou do Globo, não lembro qual, mas era um jornal de grande circulação, eles colocaram uma foto que era espetacular porque parecia que lotávamos aquela escadaria. A impressão que você tinha na primeira página do jornal era que aquilo estava lotado, quando na verdade não estava lotado coisa nenhuma. Aí a gente viu o apoio da imprensa.

O Jornal do Brasil, de fato, estampou em sua primeira página um close das feministas erguendo cartazes com os dizeres “Vivamos todas, abaixo a violência” e “Quantos cadáveres mais serão necessários para que se reconheça a opressão da mulher?”. O texto informava que aquele havia sido o primeiro ato público realizado por movimentos e departamentos feministas de partidos políticos e sindicatos. “Pedindo ‘Doca na prisão’, elas levaram muitas faixas e cartazes às escadarias da Câmara Municipal” (MULHERES..., 05/11/1981, p. 1). Leila Linhares lembra dessa manifestação como um dos primeiros eventos públicos realizados pelas mulheres.

Devíamos ser cinco ou seis, não mais do que isso. No entanto, a jornalista ou o jornalista que foi lá cobrir a matéria disse que era um grupo grande de mulheres. O que a gente jogou na sociedade repercutiu também na imprensa, principalmente naquela imprensa que não estava limitada às pautas conservadoras. O fato é que havia um sujeito novo no mundo político que queria abrir espaço.

No dia 9 de março de 1981, quando Christel Arvid Johnson foi morta pelo seu ex-marido em uma rua de Ipanema, no Rio de Janeiro, a atuação das feministas já era bem mais conhecida midiaticamente. Na primeira notícia sobre o caso publicada no JB, no dia seguinte ao assassinato, já há informações sobre as ameaças sofridas pela vítima. Na semana seguinte ao crime, o jornal publicou seis matérias, com sete fotografias, entre elas, uma de manifestação das feministas na missa de sétimo dia de Christel.

PARA ALÉM DAS PÁGINAS POLICIAIS: DISPUTAS DISCURSIVAS ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Se, por um lado, o jornal apresentou matéria com o discurso de crime passionai, por outro lado, no dia 12 de março, informou que Christel havia pedido ajuda às feministas e mencionava organizações que atendiam mulheres vítimas de violência. Houve também espaço para que mulheres apresentassem questões importantes que precisavam ser discutidas pela sociedade. No mesmo dia, uma segunda edição foi publicada com informações atualizadas sobre o protesto que reuniu 120 mulheres em Botafogo, um bairro do Rio de Janeiro. No texto, reprodução da nota emitida pelas ativistas:

Christel Arvid Johnston lutou até o último momento buscando proteção nas esferas policiais e judiciárias contra a perseguição implacável de seu ex-marido, que não aceitava a separação e a ameaçava de morte. Buscou também a solidariedade de um grupo feminista para se sentir amparada. Ela lutou pelo direito de viver, de andar, de rir, de trabalhar e foi assassinada por aquele que se considerava seu dono. Seu assassinato simboliza o contínuo de violência a que nós mulheres estamos submetidas. A morte é o desfecho extremo de um constante cerceamento e controle sobre nossas opções e a impunidade dos assassinados tem-se tornado uma rotina que estimula a repetição desses atos. (MULHERES..., 12/03/1981, p. 14).

A nota terminava com o convite para uma missa organizada pelos grupos feministas, mas bastaram algumas horas para que o embate discursivo se apresentasse mais uma vez. No dia seguinte à publicação do manifesto, logo acima de uma nova matéria que descrevia o desespero das feministas que deram suporte à Christel nos meses que antecederam o crime, uma outra matéria intitulada “Galã do Arpoador nos anos 50”, apresentava o assassino como um jovem esbelto, de físico atlético, com mais de 1,80 de altura, quase inofensivo.

O texto explicava que, após o casamento, ele sofreu um acidente aéreo e sobreviveu a um incêndio, mas ficou com sequelas. Tornou-se, então, “um monstro, muito gordo, cheio de cicatrizes e totalmente desequilibrado emocionalmente”. E, então, o jornal apresentava uma versão para a vitimização do criminoso e a culpabilização da vítima:

A maior parte do seletto grupo masculino que com ele já dividiu fins de semana no [clube] Marimbás o considera “um homem neurotizado pela desgraça e não um bandido qualquer, um marginal capaz de fazer mal à sociedade”. Para esses homens, Christel abandonou o marido porque ele já não era mais o galã bonito com quem se casara “e foi por isso que Eduardo, cheio de complexos de inferioridade, nunca perdoou a mulher” (GALÃ..., 13/03/1981, p. 8).

No momento em que mulheres começaram a brigar por espaço de fala na mídia e os discursos dominantes já não conseguiam mais excluir as vozes feministas, percebemos nas produções noticiosas as manifestações de poder e também de tensão citadas por Foucault (1996). Quando as mulheres, mesmo inconscientemente, compram a briga pela disputa

PARA ALÉM DAS PÁGINAS POLICIAIS: DISPUTAS DISCURSIVAS ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

narrativa e abalam as estruturas de poder, vemos emergir as relações históricas por meio da seleção das notícias apresentadas nos jornais. Não à toa, Foucault via o redator-chefe de um jornal como um foco particular de poder.

No dia seguinte, mais uma matéria sobre as manifestações feministas e com uma resposta direta à acusação de que Christel era responsável pela própria morte por ter “abandonado o marido”:

O movimento feminista – que reúne donas-de-casa, secretárias, professoras, estudantes e profissionais liberais – está indignado com a alegação de um amigo do assassino, de que ele teria matado Christel porque ela o abandonou depois de um acidente que o deixou gordo e marcado por queimaduras. “Isso é uma grande mentira; ela se desquitou legalmente do marido em 1966 – muito antes, portanto – porque ele era violento e a espancava sempre” (MULHER..., 14/03/1981, p. 8).

Vimos aqui que as feministas foram capazes de gerar notícia, de se fazer ouvir e de chamar a atenção para pautas importantes do movimento. Diferentemente do que ocorreu nos assassinatos de Ângela e Claudia, aqui, as feministas foram notadamente reconhecidas como fonte para a imprensa. Isso foi possível porque elas reconheceram o papel fundamental da imprensa e souberam lidar com profissionais dos meios de comunicação para conseguir publicações positivas de suas ações e ideias.

Considerações finais

Ao analisar notícias sobre três assassinatos de mulheres que tiveram grande repercussão nacional, percebemos uma mudança na relação de jornalistas com as feministas, que passaram a ter uma participação mais atuante no final dos anos setenta e início dos anos oitenta e ganharam visibilidade na imprensa.

Pudemos constatar que, efetivamente, valores-notícia estão permeados de valores sociais que levam a um sugestionamento, ainda que inconsciente, nas tomadas de decisão dos jornalistas em relação a questões feministas (SILVA, 2010, p. 140-141).

As pesquisas em jornais e as conversas com ativistas mostraram que as feministas foram capazes de construir uma relação, por vezes de equilíbrio, por vezes de assimetria, e o equilíbrio, quando se deu, só foi possível porque as ações promovidas pelas militantes do movimento social estabeleceram novos parâmetros para a imprensa. É verdade que, em determinado momento, as ativistas não foram sequer vistas como fontes, mas elas provocaram a mudança por meio de manifestações nas ruas e também por meio de atuação política. Elas

PARA ALÉM DAS PÁGINAS POLICIAIS: DISPUTAS DISCURSIVAS ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

construíram um novo cenário com novos personagens, transformando completamente a forma como os jornais abordavam pautas ligadas aos interesses feministas, em especial, a violência contra mulheres.

Referências bibliográficas e citações de jornais

Todas as matérias citadas estão disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e foram acessadas em 16/02/2023.

ÂNGELA..., *Jornal do Brasil*, ano LXXXVI, n. 266, p. 1, 31/12/1976.

BARSTED, Leila Linhares. **O avanço Legislativo no Enfrentamento da Violência Contra a Mulher**. In: LIBARDONI, Marlene; LEOCÁDIO, Elcylene (orgs.). *O Desafio de Construir Redes de Atenção às Mulheres em Situação de Violência*. Brasília: Agende, 2006.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**. Uma política do performativo. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

CONY, Carlos Heitor, *Revista Manchete*, ano XXVIII, n. 1437, p. 15, 03/11/1979.

DELEGADO..., *Jornal do Brasil*, ano LXXXVII, n. 145, p. 17, 31/08/1977.

DOCA..., *Jornal do Brasil*, ano LXXXIX, n. 194, p. 18, 19/10/1979.

GALÃ..., *Jornal do Brasil*, ano XC, n. 335, p. 8, 13/03/1981.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

INFORME JB, *Jornal do Brasil*, ano LXXXVII, n. 145, p. 6, 31/08/1977.

MANIFESTO..., *Jornal do Brasil*, LXXXIX, n. 217, p. 24, 11/11/1979.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn (1974). As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

MULHER..., *Jornal do Brasil*, ano XC, n. 336, p. 8, 14/03/1981.

MULHERES..., *Jornal do Brasil*, ano XC, n. 334, p. 14, 12/03/1981.

MULHERES..., *Jornal do Brasil*, ano XCI, n. 211, p. 1, 05/11/1981.

SILVA, Márcia Veiga. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2010.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**. Porque as notícias são como são. Florianópolis:

**PARA ALÉM DAS PÁGINAS POLICIAIS:
DISPUTAS DISCURSIVAS ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES**

Insular, 2005, vol. I

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2003.